

Proposta que diminui o corte no número de vereadores passa na CCJ

Por pequena diferença – 10 votos a favor, 8 contra e 1 abstenção –, a Comissão de Justiça aprovou ontem a emenda que extingue 5.062 cadeiras de vereadores, redução menor que a estabelecida pelo TSE



DECISÃO Edison Lobão (2º à esquerda), ao lado de Quintanilha e Valadares, preside reunião que rejeitou relatório de Jefferson (E)

A proposta de emenda constitucional, que será agora examinada pelo Plenário, reduz de 60.276 para 55.214 o número de vereadores de todo o país. Também diminui o repasse de recursos das prefeituras para os legislativos municipais, o que vai gerar uma economia estimada em R\$ 430 milhões por ano. Os integrantes da CCJ rejeitaram o projeto do relator, senador Jefferson Péres, que mantinha o corte de 8.528 cadeiras nas câmaras municipais estabelecido por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Página 3

Maciel apela em favor do projeto Caatinga

Página 8



SEM ACORDO Para viabilizar entendimento entre partidos, Ramez Tebet (D), junto de Jereissati, adiou votação do projeto sobre PPPs

Parceria público-privada pode ir a votação no dia 8

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ramez Tebet, adiou para o dia 8 a decisão sobre as regras para funcionamento das PPPs.

Página 4

Os rumos da economia, na visão de três senadores

Delcídio Amaral reivindica aprovação de projetos que assegurem crescimento econômico. Ideli Salvatti considera que o “remédio amargo” adotado pelo governo começa a surtir efeito. Alvaro Dias afirma que resultado é “pífio e insuficiente”.

Página 7



MUDANÇA Sérgio Cabral (com Lúcia Vânia) apresenta relatório que agrava punição para traficantes

Fim de prisão para usuário de drogas é aprovado na CAS

Página 5



RESPONSABILIDADE Congresso tem obrigação de legislar com rapidez, defende Juvêncio

Juvêncio quer modificação de projeto sobre biossegurança

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) fez um apelo para que o Congresso modifique o projeto de Lei de Biossegurança (PLC 9/04), de forma a permitir a utilização das células-tronco embrionárias em pesquisas científicas que buscam a cura de doenças degenerativas.

Para ele, a permissão deveria se limitar às células-tronco embrionárias que estão congeladas nas clínicas de fertilização, com a garantia de que elas seriam excedentes às necessidades das famílias.

Juvêncio leu carta da mãe de duas crianças que sofrem de atrofia muscular espinhal, com graves restrições de locomoção e condenadas à morte na adolescência. Segundo o senador, com a utilização de células-tronco embrionárias, essas crianças poderiam ser curadas. Para ele, o Congresso tem obrigação de legislar com rapidez, atento às necessidades das pessoas que podem ser curadas.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PDT-PR) elogiou Juvêncio pela coragem em abordar, com clareza, tema tão polêmico.

Lúcia Vânia elogia debate sobre uso de células-tronco

Senadora destaca que cientistas buscam cura de males como Alzheimer e Parkinson

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou ontem em Plenário a importância da audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), por ela presidida, e de Educação (CE), sob a presidência do senador Osmar Dias (PDT-PR), para discutir o projeto que instituiu a política de biossegurança.

O debate com especialistas, explicou a senadora, se desen-



INTERESSE Lúcia Vânia, presidente da CAS, relata repercussões do debate

volveu em torno de duas linhas – uma que destaca a importância da pesquisa com células-tronco adultas e outra que en-

volve a pesquisa com células-tronco embrionárias. Essa segunda, observou Lúcia Vânia, é objeto de grande polêmica entre a população, “que, muitas vezes desinformada, a combate”. De acordo com a senadora, os cientistas pretendem usar as duas modalidades para buscar a cura de males como Alzheimer e Parkinson e doenças do sistema nervoso.

A Comissão de Assuntos Sociais está recebendo inúmeros pedidos de cópias da fita da audiência, informou a parlamentar. Para a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), foi uma das audiências públicas mais importantes e emocionantes da atual legislatura.



AVANÇO Para Maguito, novo conhecimento permitirá cura de muitas doenças degenerativas

Maguito apóia pesquisa genética para fins terapêuticos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem a utilização de células-tronco de embriões para fins terapêuticos. Ele relatou ter recebido apelo neste sentido da Câmara de Vereadores de Santa Rita do Araguaia (GO), solicitando apoio à sugestão de emenda apresentada pela entidade Movimento em Prol da Vida (Movitae) ao projeto de Lei de Biossegurança (PLC 9/04).

Segundo o senador, a utilização de células-tronco vem revolucionando a medicina e gerando novas expectativas para os portadores de moléstias graves, como a atrofia muscular espinhal, a doença de Chagas, a osteoporose e vários tipos de distrofia muscular progressiva. A emenda sugerida pelo Movitae, observou, permitiria o uso de células-tronco obtidas por meio de fertilização *in vitro*, quando os embriões se comprovarem inviáveis ou nos casos em que os pais biológicos decidam não mais mantê-los.

– Em função do alto custo e da complexidade dos procedimentos da fertilização *in vitro*, geralmente se produzem embriões em número maior do que aqueles efetivamente utilizados – afirmou Maguito. Para ele, o uso das células de embriões congelados poderia representar uma chance de cura para 30 mil pacientes de doenças degenerativas.

Pesar

Ainda em seu pronunciamento, Maguito lamentou o falecimento de um ciclista de Jataí (GO), durante viagem ao Peru. O parlamentar pediu o apoio das embaixadas do Brasil em Lima e do Peru em Brasília, no sentido de se obterem os recursos necessários ao repatriamento do corpo do esportista, para que ele possa ser sepultado em sua cidade natal.

Agenda

Sessão de hoje é destinada a discursos dos parlamentares

A sessão de hoje, prevista para as 9h, será não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores

Heráclito Fortes (PFL-PI) e Augusto Botelho (PDT-RR). Na segunda-feira, também não haverá votação de matérias, que será retomada na terça-feira, com a análise de medidas provisórias.



Conselho de Comunicação avalia desempenho

Na segunda-feira, às 14h, o Conselho de Comunicação Social promove reunião de avaliação. O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando S. Rollemberg, participa da discussão. Na ocasião, o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Arapkar Minassian, falará sobre a regulamentação da Lei do Cabo.

Sebastião Tapajós na TV Senado

A TV Senado exibe amanhã, às 21h30, o *show* do violonista Sebastião Tapajós, apresentado no Clube do Choro de Brasília em abril último. No repertório, composições de Tapajós, de Ary Barroso e Garoto.

Festa junina na Assefe

Será realizada hoje na Assefe, a partir das 20h, a festa junina dos servidores das Secretarias de Comunicação do Senado e da Câmara dos Deputados. Entre as atrações, além das comidas típicas, o Trio Roendo Unha e Lico do Acordeon.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Proposta sobre vereadores vai ao Plenário

■ Comissão de Justiça mantém texto da Câmara que preserva 3.466 postos de vereadores

Por 10 votos a favor, 8 contra, e 1 abstenção, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado manteve ontem o texto da proposta de emenda à Constituição da Câmara dos Deputados que reduz de 60.276 para 55.214 o número de vereadores de todo o país. A matéria depende ainda de votação em dois turnos no Plenário, e, se aprovada sem alterações, irá à promulgação. A proposta também diminui o repasse de recursos das prefeituras para os legislativos municipais, o que deve gerar uma economia estimada em torno de R\$ 430 milhões ao ano.

Com a decisão, foi rejeitado o substitutivo apresentado pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, além de reduzir os repasses para as câmaras municipais, mantinha o número de vereadores previsto na Resolução 21.702, de fevereiro deste ano, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que corta 8.528 cadeiras nas câmaras municipais. Na prática, a matéria aprovada pela CCJ preserva 3.466 vagas de vereadores com relação ao que estabelece a decisão do tribunal.

O presidente do TSE, ministro Sepúlveda Pertence, sugeriu recentemente que a chamada PEC dos Vereadores seja promulgada entre os dias 10 e 30



DEBATE Com decisão, apoiada por Ideli, foi rejeitado parecer de Jefferson (foto menor) que mantinha corte do TSE. Antero (C) propôs voto em separado

de junho, período em que ocorrerão as convenções partidárias. O objetivo, segundo ele, é evitar transtornos para os partidos e a Justiça Eleitoral. A sugestão foi feita durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

Divisão

Enquanto o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), votou a favor da PEC aprovada pela Câmara, os senadores Eduardo Suplicy (SP), Tião Viana (AC) e Sibá Machado (AC), todos do PT, votaram com o relator, ou seja, a favor da manutenção do corte de 8.528 cadeiras nas câmaras municipais, proposta pelo TSE.

Foi rejeitado o voto em separado do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) determi-

nando que o total das despesas do poder legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderia ultrapassar 4% da receita líquida do município, realizada no exercício anterior. O texto de Antero também vedava a remuneração ou ajuda de custo a vereadores de municípios com até 15 mil habitantes.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) se absteve, sob o argumento de que deverá discutir em maior profundidade a matéria quando ela for submetida ao Plenário, o que deverá ocorrer já na próxima semana, uma vez que as convenções partidárias para a escolha de candidatos às eleições municipais de 3 de outubro



Rosevelt Pinheiro

têm início no próximo dia 10. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a aprovação do texto da Câmara, por entender que a proposta representará economia para os governos municipais.

Crítica

Ao apresentar o seu relatório, Jefferson Péres criticou a tramitação "casuística e apressada" da PEC dos Vereadores no Congresso Nacional. Para o sena-

Almeida Lima critica base do governo por apoiar emenda

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse ontem, em Plenário, que os parlamentares da base do governo defendem não o país, mas "cabos eleitorais de luxo", ao condenarem decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduz o número de vereadores e defenderem a rápida aprovação de uma emenda constitucional que permita uma redução menor do número de membros das câmaras municipais.

Concordando com a decisão do Supremo, o senador observou que as cidades de Campinas (SP), com mais de 1 milhão de habitantes, e Nova Russas (CE), com apenas 30 mil mora-

dores, contam com 21 vereadores, cada, em suas câmaras municipais. A seu ver, a Constituição vem sendo desrespeitada e não há controle sobre a quantidade de vereadores. Ele assinalou que, "quando a Justiça toma uma iniciativa, rapidamente surgem vozes na Câmara e no Senado acusando o Judiciário de assumir o papel do Legislativo".

— Imaginava que o governo, preocupado com a redução de gastos e a ampliação do superávit, apoiasse o corte de vereadores, mas a preocupação não é com o país — afirmou Almeida Lima, após lembrar que, quando foi prefeito de Aracaju, so-



INICIATIVA Almeida Lima apóia a decisão do TSE que corta 8.528 vagas de vereadores

freu pressões dos vereadores para repassar à câmara municipal mais do que o estabelecido pela Constituição.

Dos aproximadamente 60 mil postos de vereadores atuais, observou o senador Almeida Lima, 8.528 deixariam de existir com a decisão do tribunal. A seu ver, a população não sentiria falta deles.

Lobão sugere rapidez na votação da mudança

A rápida votação de uma proposta de emenda à Constituição "que discipline com justiça e senso de realidade" o número ideal de vereadores no país foi sugerida, em Plenário, por Edison Lobão (PFL-MA). Ele alertou que a urgência é necessária para não comprometer as próximas eleições. Lembrou que, segundo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Sepúlveda Pertence, a palavra definitiva sobre a matéria é do Congresso.

— A matéria veio à baila, como se sabe, por força de resolução



Célio Azevedo

ALERTA Urgência é necessária para não comprometer as próximas eleições, diz Lobão

do TSE que, implementando decisão do Supremo Tribunal Federal, limitou o número de vereadores, dos atuais 60.276 para 51.748. O presidente do TSE já alertou que a aprovação de uma PEC fixando o número de vereadores eleitos em outubro deverá ocorrer entre 10 e 30 de junho, prazo final para as convenções municipais.

do TSE que, implementando



DISTORÇÃO Marcos Guerra sugere exclusão de gastos com pessoal na cobrança do tributo

Marcos Guerra quer corrigir legislação sobre Cofins

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) comunicou ontem em discurso a apresentação de projeto de lei (PLS 165/04) que modifica a legislação sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) visando beneficiar as médias empresas. Ele disse que a idéia é corrigir uma distorção existente desde quando foi feita a última alteração na lei que regula a Cofins, e servirá para evitar o colapso desse setor do empresariado nacional.

De acordo com o senador, a atual sistemática de cobrança desse tributo prevê que a alíquota da Cofins é de 7,6% sobre o faturamento bruto (antes era de 3%), permitindo que o contribuinte deduza alguns créditos pagos ou presumidos. Mas os gastos com pessoal, esclareceu, não foram incluídos nesses créditos e o resultado disso foi um sensível acréscimo na carga tributária das empresas que detêm elevada participação do custo de pessoal no total de suas despesas.

Essas empresas, disse, acabaram sofrendo uma elevação real na alíquota incidente sobre o faturamento, sem qualquer direito de crédito sobre os insumos com mão-de-obra.

O projeto, explicou Marcos Guerra, tem o objetivo de contribuir para fazer justiça fiscal e estimular a manutenção e a geração de empregos, por meio da redução da carga tributária das médias empresas, que estão sendo "drasticamente oneradas".

– Se o Congresso não ficar atento e criar alguns incentivos que não são benefícios, nos próximos anos a média empresa estará fadada à extinção, visto que é a única da categoria que paga seus tributos sem nenhum subsídio – avisou o senador capixaba.

Por falta de acordo, CAE adia votação das PPPs

■ Apresentação de mais emendas é motivo de questionamentos. Nova reunião está marcada para terça-feira

A falta de um acordo com o PSDB e o PFL acabou adiando a votação do relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre o projeto de lei que institui as regras gerais para a licitação e o funcionamento das parcerias público-privadas (PPPs). O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), resolveu não conceder o pedido de vista solicitado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que alegou desconhecer o novo parecer de Raupp sobre as 64 emendas apresentadas ao projeto de lei (PLC 10/04).

Tebet preferiu acatar sugestão do senador Romero Jucá

(PMDB-RR) e marcar a votação da matéria para a reunião da próxima terça-feira. Mas os integrantes da CAE não acertaram se haverá permissão para apresentação de novas emendas ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, o que foi motivo de questionamento da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC).

Ontem, foram encaminhadas mais 14 emendas, das quais dez de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que assinou as modificações negociadas com a oposição para aprimorar o texto e permitir a votação do relatório de Raupp.

– O acordo foi construído para permitir a votação, mas surgiram novos questionamentos. A discussão sobre o projeto das PPPs não se encerra na CAE. O texto deve ser aperfeiçoado pelo senador Rodolpho Tourinho, que será o relator na CCJ – sustentou Ideli.

O senador Antonio Carlos

Magalhães (PFL-BA) enfatizou que o mérito do projeto tem que ser discutido na CAE. Mas coube ao próprio Delcídio sinalizar que o bloco de apoio ao governo não iria polemizar sobre a decisão de adiar a votação das PPPs.

– A proposta é sensata. Não entendo que isso represente enfrentamento com a oposição. Essa é uma matéria que interessa ao país – declarou Delcídio Amaral.

No mesmo tom, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), mostrou que o aprofundamento do debate pretende aparar as arestas e produzir uma proposta realmente capaz de atrair os investimentos privados. “Queremos que a PPP funcione”, ressaltou o senador. Jereissati argumentou que o projeto mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com a Lei de Licitações, dois dos principais marcos legais das finanças públicas.

Novo parecer de Raupp pretende dar mais garantias ao investidor privado

O senador Valdir Raupp apresentou novo relatório sobre as emendas ao projeto de lei que institui as regras gerais para a licitação e o funcionamento das parcerias público-privadas (PPPs). Em seu parecer, ele analisou mais de 50 pedidos de modificações ao texto aprovado na Câmara dos Deputados que haviam sido encaminhados até a última terça-feira (1º), não incluindo, portanto, as 14 emendas apresentadas ontem.

As principais modificações ao relatório original, conforme explicou Raupp, decorreram das preocupações e das reivindicações encaminhadas pelo setor privado em relação à viabilidade das PPPs. Além de assegurar que os recursos do fundo fiduciário não poderão ser contingenciados ou submetidos aos limites que incidem sobre as operações ativas e passivas das instituições financeiras, Raupp introduziu um instrumento adicional para baratear a captação de recursos no mercado pelos empreendimentos das PPPs.

Segundo o relator, o fundo de investimento que constituir



MODIFICAÇÕES Raupp explica seu relatório, que restabeleceu para cinco anos a vigência dos contratos de parceria

sua carteira com recebíveis provenientes dos contratos de parcerias público-privadas poderá pagar menos imposto, beneficiando-se de incentivos fiscais.

Outra novidade foi restabelecer para cinco anos o prazo mínimo de vigência dos contratos de parceria, mantendo o tempo máximo de 45 anos, sem possibilidade de prorrogação. Raupp esclareceu que, além disso, elevou o valor mínimo desses contratos de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões. O re-

lator estipulou que a titularidade das cotas do fundo fiduciário poderá ser transferida ao parceiro privado e incumbiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de regulamentar a constituição e o funcionamento do fundo.

Valdir Raupp também estabeleceu a exigência de pagamento prévio de indenização para rescisão dos contratos das PPPs e a eliminação de qualquer alusão a limites para a quantidade admitida de lances nos leilões.



RANKING Pavan: Brasil é o 29º colocado entre os países que mais recebem turistas

Subcomissão de Turismo funcionará até dezembro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu prorrogar o funcionamento da Subcomissão Temporária de Turismo até dezembro. Dois requerimentos com o mesmo objetivo, um do senador Paulo Octávio (PFL-DF) e outro do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), foram aprovados ontem pelos integrantes da CAE.

Nos requerimentos, os dois parlamentares destacaram a necessidade de manter ativa a subcomissão do Senado para estudar e propor as iniciativas legislativas que apoiem o setor. Pavan, presidente da subcomissão, lembrou que o Brasil figura em 29º lugar no ranking dos destinos turísticos receptores. Em 2001, o país foi visitado por 4,8 milhões de turistas estrangeiros.

A receita do turismo receptivo em 2001 alcançou US\$ 3,7 bilhões, representando o quarto produto na pauta de exportação do país naquele ano, continuou Pavan. Cerca de 41 milhões de turistas brasileiros viajaram pelo território nacional em 2001. O senador citou estudos da Organização Mundial do Turismo (OMT) que mostram que, para cada dólar investido no setor, são gerados US\$ 6 de retorno.

Paulo Octávio observou que a OMT defende a tese de que, em 2020, 76% dos deslocamentos serão de curta distância, exemplificando com o que ocorreu na Europa em 1998, quando 85% do turismo foi intra-regional. O senador considerou que a localização geográfica do Brasil “não é um obstáculo suficiente por si só para impedir nosso país de galgar valiosas posições no competitivo ranking do turismo global”. Ele observa que o desafio dos legisladores é propor iniciativas que desenvolvam o setor.



ORIGEM Segundo Zambiasi, os dois ministros do STF "honram o Rio Grande do Sul"

Senadores homenageiam Nelson Jobim e Ellen Gracie

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) prestou homenagem ao ministro Nelson Jobim, que tomou posse ontem como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também ressaltou a importância da posse da ministra Ellen Gracie como vice-presidente daquela corte.

– A esses dois gaúchos que tanto honram o Rio Grande e que mais uma vez mostram a vocação que os homens e mulheres de nossa terra têm para o exercício da Justiça em sua plena acepção, fica aqui a nossa homenagem.

Zambiasi afirmou esperar que os dois ministros no comando do STF possam contribuir para modernizar o Judiciário, aparelhando-o adequadamente para promover a democratização da Justiça.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também homenageou os dois ministros. Jobim, disse Tebet, foi um dos mais ativos deputados na Constituinte, e a ministra Ellen Gracie é motivo de admiração pela firmeza de suas convicções e conhecimento jurídico.

– Num futuro bem próximo vamos tê-la presidindo o STF para constatar que as mulheres estão avançando e têm competência – ressaltou Tebet.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou a coragem da ministra Ellen Gracie em seu voto contra a taxa dos inativos e o desempenho de Jobim como parlamentar. “Essa dobradinha dará à Justiça brasileira grandes alegrias.”

Para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a presidência do STF nas mãos de Jobim significará a manutenção do equilíbrio entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

Fim de prisão para usuário de drogas é aprovado pela CAS

Projeto, que será agora examinado pela CCJ, também aumenta a punição para traficantes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) favorável ao projeto que acaba com a pena de prisão para usuários de drogas (substitutivo da Câmara ao PLS 115/02) e agrava a punição para traficantes. A proposta é oriunda do Grupo de Trabalho, do Senado, sobre Crime Organizado, Narcotráfico e Lavagem de Dinheiro, e segue para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, modificado na Câmara após ter sido aprovado no Senado em 2002, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. De acordo com Sérgio Cabral, o texto apresenta enormes avanços na regulamentação das drogas no Brasil. “A pena de prisão para o usuário é totalmente injustificável, sob todos os aspectos.”

Se o projeto for aprovado, a pessoa pega em flagrante usando droga ilícita não será encaminhada à delegacia, como ocorre hoje, e sim ao Juizado Especial Criminal. Ficará a cargo do juiz decidir a punição para quem consumir, guardar, comprar ou usar drogas ilícitas. A pessoa poderá receber advertência, ser obrigada a prestar serviços ou a comparecer a



MUDANÇA Para o relator Sérgio Cabral, proposta representa um grande avanço

programa educativo. O usuário só será preso se for pego conduzindo aeronave ou embarcação após consumo de drogas, por causa do risco que impõe aos passageiros.

Corrupção

Para Sérgio Cabral, o usuário não pode ser tratado como criminoso, pois é dependente, “como há dependentes de drogas legais como álcool, cigarro e tranqüilizantes”. Além disso, destacou, a prisão acaba por alimentar o sistema de corrupção policial. “Pego em flagrante, o usuário tenderá a corromper a autoridade policial diante das conseqüências que o simples uso de drogas pode lhe trazer.”

O senador ressaltou que diversos países europeus têm modificado a legislação para acabar com a pena de prisão por uso de drogas, como a Itália,

Portugal e Irlanda. No Brasil, a prisão para o usuário já não existe na prática, comentou. No estado do Rio de Janeiro, citou, não há ninguém preso pelo uso de drogas. Por outro lado, disse, é grande o número de usuários levados a delegacias, o que gera processos criminais, toma tempo e recursos do Judiciário e ocupa policiais “que poderiam estar trabalhando para prender traficantes”.

Sérgio Cabral, em seu relatório, fez apenas uma modificação no texto vindo da Câmara. Ele retirou o artigo 70, segundo o qual em comarcas onde há varas especializadas para julgamento de crimes envolvendo drogas, os usuários seriam levados a esses foros. O senador considera que essa determinação misturaria usuários e traficantes.

Pena maior

O projeto agrava a punição para traficantes, aumentando as penas e tornando inafiançável a associação com o tráfico. A penalidade passa de três a 15 anos de prisão para cinco a 15 anos. As pessoas condenadas cumprirão toda a pena em regime fechado. As medidas, destacou, permitirão manter presa por mais tempo a quadrilha.

A proposta prevê ainda pena para quem induzir, instigar ou

auxiliar alguém a usar drogas. O acusado poderá receber pena de detenção de um a três anos ou multa de 100 a 300 dias de trabalho. Atualmente é processado como traficante. Também consta do projeto a possibilidade de redução de pena para quem colaborar voluntariamente na investigação policial.

Realidade

Durante a discussão, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou a iniciativa e ressaltou que “todas as pessoas conscientes da situação da droga na sociedade esperavam uma alteração na lei que atendesse a realidade social”. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou Cabral pelo relatório e lembrou que o problema da droga é uma questão de saúde pública.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que a aprovação da matéria é importante para a humanização das leis no país. Ele observou que dependência química é doença praticamente incurável e que o fim da prisão de usuários é um grande passo. “Não prendemos dependentes químicos de álcool nem portadores de doenças infecciosas”, salientou. Para o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), o projeto é bom para o usuário, sem facilitar a vida do traficante, “o verdadeiro criminoso”.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), também associou-se aos elogios dos demais senadores.

Exame preventivo de câncer pelo SUS passa em comissão

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) ao projeto de lei da Câmara (PLC 39/02) que trata da prevenção dos cânceres de mama e ginecológico e assegura a realização de exames preventivos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta garante a realização periódica de exame citopatológico e de mamografia.

Fátima Cleide considerou o mérito do projeto indiscutível, uma vez que adota “medidas que efetivamente reduzem a mortalidade” causada por câncer de mama e de colo de útero. A matéria já passou pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). A aprovação do projeto foi elogiada pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR) e pela presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A CAS também aprovou parecer da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 104/00) que inclui na assistência pré-natal a prevenção e o diagnóstico de anomalias fetais e, sempre que possível, o tratamento. A parlamentar destacou o alcance social da proposta, e lembrou que o tratamento do

problema é a nova fronteira a ser conquistada na redução da mortalidade infantil.

Mestre-de-obras

A comissão acolheu ainda requerimento do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) pedindo a presença de representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e da Confederação Nacional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). O objetivo é discutir projeto de lei do Senado (PLS 18/03) que obriga o registro no Crea de mestres-de-obras e encarregados.



AVANÇO Fátima Cleide afirma que a medida ajudará a reduzir os casos de morte por câncer



PROTESTO Heloísa Helena critica o governo por "economizar na construção de casas populares"

Heloísa cobra apoio para as vítimas das chuvas em Maceió

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) lembrou em Plenário as últimas tragédias causadas pelas chuvas em Maceió, que mataram crianças e trabalhadores vítimas de afogamento e soterramento. Ao prestar solidariedade às famílias dos mortos, a parlamentar pediu maior sensibilidade por parte do governo federal no sentido de liberar recursos para moradia e saneamento básico nas localidades carentes. Essa iniciativa evitaria novas tragédias.

Segundo Heloísa, a "promiscuidade" nas relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional impede que diversas medidas urgentes sejam aprovadas. "As mães de Alagoas choram a perda de seus filhos porque o governo economiza em construção de casas populares", protestou a senadora.

Senadores prestam homenagem a radialista de MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou requerimento de pesar e de envio de condolências à família do radialista Mário Mendonça, falecido em Campo Grande. Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou que a Mesa encaminhará os pêsames à família.

– Ele é a própria vida e história do rádio sul-mato-grossense. Como cronista esportivo, homem emotivo e sensível, era estimado por toda a comunidade de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul – afirmou Tebet.

Segundo o senador, Mário Mendonça trabalhava como radialista na capital do estado desde 1954. Como governador e vice-governador de Mato Grosso do Sul, Tebet disse ter podido estreitar os laços de amizade com o radialista.

– A comunidade e a imprensa sul-mato-grossense ficaram de luto pelo falecimento de Mário Mendonça – assinalou.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) também lamentou o falecimento do radialista. Segundo o parlamentar, Mário Mendonça era um dos mais queridos jornalistas do estado e sua morte deixará uma lacuna na imprensa regional e nacional.

Mozarildo pede votação de normas para as ONGs

Senador quer urgência no exame de projeto de sua autoria que regulamenta a ação dessas organizações

Diante das denúncias de desvio de verbas envolvendo a organização não-governamental (ONG) Ágora, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao Plenário que projeto de sua autoria que regulamenta a ação das ONGs no país seja votado com urgência.

Como presidente da CPI das ONGs – que funcionou entre 2001 e 2002 no Senado –, Mozarildo manifestou sua indignação diante das muitas irregularidades apuradas pela comissão. Ele ressaltou, no entanto, que há organizações sérias, que trabalham pelo bem-estar das



INVESTIGAÇÃO Mozarildo diz que, ao lado de entidades sérias, existem as "picaretas"

minorias e das populações carentes, mas alertou para a existência de entidades "picaretas".

Fundações e associações, observa o senador, exercem suas atividades com cadastro e abaixo de fiscalização, mas as ONGs parecem ter o privilégio de agir sem controle e sem prestar contas de sua atuação.

– As ONGs precisam ter transparência. A CPI apurou desvios escandalosos de recursos. Segundo reportagem de *O Globo*, somente em 2003 o governo brasileiro destinou R\$ 1,3 bilhão às ONGs. Para saber quanto desse dinheiro foi desviado, é preciso fiscalizar, sem se importar com a imagem de sacrossantas que essas organizações cultivam – afirmou.

Mozarildo explicou que, em novembro de 2002, apresentou projeto para regulamentar as ONGs (PLS 246), em especial em relação aos recursos que recebem e atividades que desenvolvem. No relatório final, a CPI apresentou um segundo projeto (PLS 7/03), exigindo cadastro junto às autoridades e relatório financeiro. As duas propostas foram apensadas e agora tiveram sua urgência assinada pelos líderes.

Hélio Costa critica fechamento de agências do Itaú em Minas Gerais

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou indignação com a decisão do Banco Itaú de fechar 58 agências dos antigos Banco Estadual de Minas Gerais (Bemge) e Caixa Econômica Estadual, no interior de Minas Gerais. As agências foram adquiridas em 1998 pelo Itaú e hoje, pela lei, só poderão funcionar caso a prefeitura pague mensalmente ao banco uma quantia entre R\$ 7 mil e R\$ 15 mil, informou o parlamentar. Para Hélio Costa, o fechamento dessas agências constitui grande prejuízo à população dos municípios.

O representante mineiro denunciou a extinção de 17 mil empregos devido a essa decisão do Itaú. Hélio Costa afirmou ter encaminhado requeri-



LUCRO EXCESSIVO Para Hélio Costa, banqueiros nacionais estão "enchendo a pança"

mento à Mesa do Senado solicitando informações sobre o valor dos impostos pagos pelo Itaú, mas não obteve resposta por impedimento legal.

Para o senador, é um absurdo que uma instituição que obteve, em 2003, lucro de mais de R\$ 3 bilhões se ocupe em fe-

char agências em municípios tão importantes para o país. Em seu discurso, ele lembrou as palavras da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) quando diz que os banqueiros internacionais estão "enchendo a pança". Para Hélio Costa, os banqueiros nacionais também estão "enchendo a pança".

O senador anunciou a formação de comissão de inquérito pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para apurar o fechamento das agências e elogiou o líder do governo na assembléia, deputado Alberto Pinto Coelho (PP), pela iniciativa. Hélio Costa anunciou ainda a implantação, pelos Correios, do Banco Postal, que, observou, vai substituir antigos bancos estatais.



PRESEÇA Suplicy representou o presidente Lula na cerimônia de posse de Elias Antonio Saca

Suplicy registra posse do presidente de El Salvador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter participado da posse do novo presidente de El Salvador, Elias Antonio Saca, da Aliança Republicana Nacionalista (Arena), representando o presidente Lula.

Elias Saca, relatou Suplicy, manifestou em seu discurso de posse as intenções de consolidar a democracia naquele país e de impulsionar um governo dedicado ao bem-estar dos mais necessitados. O novo presidente, segundo o senador, se dispôs a dialogar com seus opositores, integrantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Elias Saca é o quarto presidente eleito pela Arena desde 1992, quando o país foi pacificado.

O parlamentar paulista disse que conversou com as duas principais frentes políticas de El Salvador para apresentar o programa de Renda Mínima e que a FMLN mostrou simpatia pela iniciativa.

Em conversa com Suplicy, o presidente eleito pediu que o senador transmitisse o interesse de El Salvador na integração com o Brasil e com os demais países que formam o Mercosul. Ainda em seu pronunciamento, o parlamentar agradeceu a atenção que recebeu, durante a viagem, do Encarregado de Negócios de El Salvador, Vitor Hugo Irigai, e de sua esposa.

Zambiasi reivindica redução de alíquota do IPI sobre vinhos

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu ontem da tribuna do Senado a redução de 10% para 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre os vinhos. A reivindicação, disse ele, já foi apresentada pelos senadores gaúchos ao Ministério da Fazenda. Ao destacar a comemoração no próximo domingo, no Rio Grande do Sul, da primeira edição do Dia Estadual

do Vinho, Zambiasi pediu maior fiscalização nas fronteiras para evitar o contrabando do produto.

Com 580 vinícolas e uma média de 280 milhões de litros anuais de vinho, o estado, informou Zambiasi, é responsável por 90% da produção nacional da bebida, gerando emprego para mais de 80 mil pessoas.

– Temos qualidade, variedade e estamos lutando para garantir pre-

ços competitivos. A nossa vinicultura precisa ocupar o lugar que lhe é devido na economia brasileira. O caminho é longo e representa grande desafio. Os impostos muito elevados, as fraudes, a concorrência desleal, a proliferação de produtos que imitam o vinho, a falta de fiscalização e a excessiva importação do produto são os fatores que mais prejudicam os vitivinicultores – argu-

mentou o senador gaúcho.

Zambiasi afirmou que há necessidade de efetiva fiscalização e controle por parte do governo na produção, comercialização e rotulagem do vinho brasileiro. Com regras bem definidas e colocadas em prática, o estado do Rio Grande do Sul poderá produzir mais e aumentar as vendas do produto, criando empregos e gerando renda, disse.



RESULTADO Osmar Dias: salário mínimo de R\$ 260 significa que a população foi derrotada

Osmar aponta barganha para aprovação do novo mínimo

Ao comentar a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da medida provisória (MP) do salário mínimo, o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ter ficado “triste”, porque no mesmo dia em que o governo conseguiu convencer os deputados a votarem a favor de R\$ 260 e “contra o trabalhador brasileiro”, o Executivo liberou R\$ 200 milhões para atendimento a emendas parlamentares individuais.

– Essa barganha, essa mesma prática fisiológica danosa ao país tão condenada pelo PT quando o partido ainda sustentava a bandeira da ética, vem sendo utilizada para conseguir aprovar matérias que contrari-

am completamente os interesses públicos. E o governo comemora a vitória – lamentou o senador.

Osmar Dias acrescentou que o governo pode decidir ou não pela liberação de recursos para suas emendas, “destacadas exclusivamente” a projetos sociais. Mas que não dará seu voto “a troco de emenda”.

Arrecadação

O senador esclareceu que votará contra o salário mínimo de R\$ 260 proposto pelo Executivo por considerar que não há argumentos que o convençam de que o valor não pode ser maior. Para Osmar Dias, o governo deveria explicar onde está aplicando os recursos obtidos com o aumento da arrecadação. O representante do Paraná considera que o Congresso tem sido “comparsa do governo” ao votar o aumento da carga tributária, que “está inviabilizando o crescimento do país e a geração de empregos”. É preciso, disse, conhecer a destinação desses recursos.

Osmar Dias também criticou a afirmação, atribuída pela imprensa ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que a aprovação do salário mínimo foi uma grande vitória.

– Vitória de quem? É preciso que essa frase seja completada pelo presidente. Para mim, foi uma grande derrota para o governo, porque a população toda foi derrotada – observou.

Paim votará contra R\$ 260 mesmo que haja represália

O senador Paulo Paim (PT-RS) reiterou ontem que votará “com certeza absoluta” contra a medida provisória (MP) que estabelece em R\$ 260 o salário mínimo. Ele lamentou notícias segundo as quais propostas de sua autoria – como os Estatutos da Igualdade Racial e do Deficiente – seriam rejeitadas por parlamentares governistas em represália a seu voto na questão do mínimo.

– Se não aprovarem os estatutos, não é a mim que estarão retaliando, mas àqueles que seriam beneficiados. Isso é de uma irresponsabilidade tão grande que eu fico indignado.

O senador disse ter ficado triste ao ver antigos companheiros de defesa de um aumento maior para o salário mínimo apoiarem, na tribuna da Câmara, a medida provisória. Para ele, no Senado “o quadro



DESENVOLVIMENTO Salário mínimo é instrumento de combate à miséria, avalia Paim

será outro”. Paim considera que o salário mínimo é instrumento de combate à miséria e à pobreza.

– Espero que no Senado, onde prevalece o bom senso, a gente vá construir uma proposta alternativa que não exclua os aposentados e pensionistas.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou sua “total solidariedade” a Paim. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu respeito às posições de quem esteja em desacordo com o governo. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que respeita a “luta histórica” de Paim pelo aumento do valor do salário mínimo.

Para Delcídio, novas leis ajudarão país a crescer

■ Projetos como o da parceria público-privada devem ser aprovados logo, afirma senador

Para aproveitar melhor “o bom momento que o Brasil vive”, com “a economia dando sinais de crescimento”, é necessária aprovar projetos como a nova Lei de Falências, a Lei de Biossegurança e os que darão novo impulso à infra-estrutura por meio de parcerias público-privadas (PPPs). A avaliação é do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O parlamentar ressaltou a aprovação da medida provisória (MP) que dá incentivos à



PRODUÇÃO Delcídio defende aprovação de medidas que atraiam investimentos

marinha mercante, para permitir a recuperação da indústria naval. Ele lembrou a necessidade da reforma do setor elétrico, que permitirá atrair investimentos.

Política econômica apresenta resultados positivos, diz Ideli

O “remédio amargo” adotado pelo governo no ano passado para a economia começa a surtir efeito, disse ontem em Plenário a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ao registrar índices que apontam a retomada do crescimento e a redução da vulnerabilidade do país diante das crises externas.

– As últimas notícias nos dão confiança de que, apesar da dor causada pelas medidas adotadas em 2003, poderemos ter agora a retomada do crescimento com segurança.

Conforme a senadora, o aumento das vendas no comércio em São Paulo indica que a melhora na economia não é mais puxada apenas pelas exportações, mas também pelo aumento do consumo dos trabalhadores. Em maio, relatou, as vendas do comércio paulista foram 13% superiores às de abril.

Ideli ainda registrou satisfação diante da notícia de que o Banco Central tem obtido sucesso na redução do percentual da dívida pública atrelada



DEFESA Ideli Salvatti ressaltou a redução da vulnerabilidade do país diante de crises externas

ao dólar. Em menos de dois anos de governo, afirmou, o percentual já caiu de 37,8% para 15,1%. Em sua opinião, o país deveria ter como meta a redução para menos de 10% do total.

Crescimento do PIB é “pífio e insuficiente”, afirma Alvaro

O crescimento de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2004, na opinião do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), é “pífio e insuficiente para qualquer tipo de comemoração por parte do governo”. Ao comparar o resultado e outros índices macroeconômicos com os de outros países, especialmente da Argentina, o senador condenou “a alta carga tributária” e “o atrelamento do país às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI)” como impedimentos



CRÍTICA Segundo Alvaro Dias, resultados da economia não justificam comemoração

para um crescimento maior da economia.

– Não creio que o desempenho do PIB seja motivo para euforia. Esse crescimento é insuficiente para atender às necessidades nacionais, sobretudo para superar as dramáticas crises sociais que vive o povo brasileiro, com recordes de desemprego e queda brutal de renda – de-

clarou o parlamentar.

Os índices de crescimento econômico da China (9,8%), Malásia (7,6%), Chile (4,8%), México (4,6%) e Argentina (10,5%), no mesmo período, demonstram que o resultado do Brasil é “insignificante”, segundo Alvaro Dias. O senador também registrou que o Brasil é o país que mais arrecada impostos, num percentual equivalente a 38% do PIB, enquanto que a média dos países em desenvolvimento não passa de 21%.

– Se o governo estiver sustentado por carga tributária tão perversa como essa, não teremos crescimento econômico – analisou.

Alvaro Dias destacou a atitude da Argentina, que “resistiu ao poderio do FMI” e obteve crescimento expressivo.

Jone de Araújo



Editores destacam importância da Lei do Livro

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), Paulo Rocco, que agradeceu a promulgação da Lei do Livro e conversou com o senador sobre a sua regulamentação.

A proposta de regulamentação da lei prevê medidas destinadas a ampliar o hábito de leitura, como o au-

mento do número de bibliotecas e um programa de aquisição de livros pelo governo, além do combate à pirataria.

Posse

O presidente do Senado assistiu à cerimônia de posse do ministro Nelson Jobim na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

– Trata-se de homem público

com grande experiência, foi um grande parlamentar, é um grande jurista e teve passagem brilhante pelo Ministério da Justiça – afirmou José Sarney.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve presente à solenidade, assim como o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Fátima elogia Itamaraty pelo êxito da viagem de Lula à China

Para a senadora Fátima Cleide (PT-RO), o êxito da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China “se dá por conta da política conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, cuja dimensão estratégica passa pela necessidade imperiosa de se obterem novos mercados, modificando as rotas de negociação comercial, das quais temos hoje muita dependência nas exportações”.

Depois de lembrar que um dos objetivos do presidente da República foi aumentar as exportações, a senadora afirmou que o Brasil é o principal parceiro econômico daquele país na América Latina, enquanto a China é o quarto maior parceiro comercial do Brasil.

– Avaliada como a mais importante até agora realizada pelo presidente Lula, a visita presidencial por diversos motivos distingue-se de contatos presidenciais anteriores, e os números da economia chinesa, que hoje impressionam o mundo, são uma mostra de que o planejamento estatal não é incompatível com o mercado, planejamento iniciado muito antes da abertura das relações diplomáticas com o Brasil, pilotada pelo então presidente Ernesto Geisel.

Célio Azevedo



AVANÇO Fátima afirma que a estratégia atual passa pela necessidade de novos mercados

Maciel se surpreende com cancelamento de projeto

■ Senador pede que governo autorize contrato que prevê a conservação da caatinga

O senador Marco Maciel (PFL-PE) manifestou surpresa e decepção com a decisão do Ministério das Relações Exteriores de propor o cancelamento do projeto Caatinga, a ser desenvolvido no Nordeste com recursos do Japan Bank for International Cooperation. O projeto está orçado em R\$ 240 milhões, sendo que 70% dos recursos devem vir do exterior. Ele apelou ao governo federal para que reveja a decisão e autorize o contrato com a instituição japonesa para assegurar melhores condições de vida à população daquela região do Nordeste.

Célio Azevedo



POBREZA Maciel lembra que região tem baixo índice de desenvolvimento humano (IDH)

– O projeto tem viabilidade econômica, caso contrário não teria sido aprovado por instituição financeira idônea – argumentou o senador.

A decisão do ministério, de abril deste ano, de propor ao governo japonês o cancelamento do projeto de conservação da caatinga, segundo Ma-

ciel, irá prejudicar a região do semi-árido nordestino, sobretudo os estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe. O contrato com o banco japonês, explicou, tem por base acordo firmado em julho de 2000, em cerimônia por ele presidida quando na Vice-Presidência da República.

A caatinga cobre, somente no Nordeste, mais de 800 mil quilômetros quadrados, onde vivem perto de 20 milhões de pessoas, quase a metade delas na zona rural.

A região, explicou o senador, é caracterizada por baixos índices pluviométricos, com chuvas irregulares e mal distribuídas, e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), sendo uma das áreas mais pobres do Nordeste.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) solidarizou-se com o pleito de Marco Maciel.



Célio Azevedo

DECISÃO Romero Jucá informa que a medida elimina exigência de várias certidões

Jucá anuncia MP que facilita recursos para os municípios

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem, em discurso no Plenário, a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de medida provisória (MP) que aboliu a exigência de os municípios estarem em dia com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para receberem recursos destinados a programas sociais federais.

Segundo Jucá, o presidente da República atendeu a reivindicação do ministro do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Patrus Ananias. Com a medida provisória, explicou o parlamentar, as prefeituras não precisam mais estar em dia com uma série de certidões, inclusive a do INSS, para receber recursos da União destinados a financiar projetos como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Sentinela (Programa de Combate à Exploração Sexual).

Ainda de acordo com o senador por Roraima, mais de 1.100 prefeituras não têm todas as certidões necessárias à obtenção dos recursos. A MP, na avaliação de Jucá, é um fato extremamente importante, e os prefeitos devem tomar conhecimento dela para buscar os recursos dos programas sociais.

Aelton destaca crescimento da produção de café no país

Ao congratular os produtores de café do país, e em especial os de seu estado, pelo crescimento da safra que será colhida este ano – cerca de 25,3% superior à colheita do grão no ano passado –, o senador Aelton Freitas (PL-MG) lembrou os prejuízos do setor nos últimos anos e parabenizou o esforço dos produtores mineiros.

O senador informou que o produto representa 25% do total de agonegócios de Minas Gerais e disse que o plantio do café está presente em quase 700 municípios do estado. Só o sul e oeste de Minas, principais regiões produtoras, irão colher entre 8,9 milhões e 9,8 milhões

de sacas, segundo Aelton.

– São notícias como essa de que o Brasil precisa. Isso é mais uma prova da força do agonegocio. E não existe nenhum outro setor que gere tantas coisas boas para o país quanto a agricultura – garantiu.

Aelton afirmou que o crescimento da produção de café é também uma boa oportunidade para se conceder um voto de confiança ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, principalmente pelas recentes decisões de apoio à agricultura familiar anunciadas pelo ministro Miguel Rossetto.

Elogiando a autorização do governo federal para destinar

Célio Azevedo



APLAUSO Aelton Freitas congratulou os produtores pelo aumento da safra

crédito de R\$ 7 bilhões a mais de 400 mil agricultores, Aelton Freitas pediu especial atenção dos ministros das pastas que têm relação com o setor para que sejam liberados os recursos pendentes das emendas parlamentares.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Almeida Lima